

O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano

Organização



CATÓLICA
CEPCEP - CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS
E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

1150A



聖若瑟大學
UNIVERSITY OF
SAINT JOSEPH



INSTITUTO
INTERNACIONAL
MACAU
澳門國際研究所

© CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas
de Expressão Portuguesa

© Universidade Católica Editora

Título O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano
Coordenação Roberto Carneiro, Jorge Rangel, Fernando Chau, José Manuel Simões
Coleção Estudos e Documentos, n.º 25
Capa Igreja de São Paulo (ruínas), Macau
Conceção gráfica Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.
Depósito Legal 459863/19
Data setembro 2019
Tiragem 300 exemplares
ISBN 9789725406564

Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



O MACAENSE

O macaense : identidade, cultura e quotidiano / coord. de Roberto Carneiro,...
[et al.]. - Lisboa : Universidade Católica Editora, 2019. - 288 p. ; 23 cm. - (Estudos
e documentos ; 25). - ISBN 9789725406564

I - CARNEIRO, Roberto, coord. II - Col.

CDU 008(512.318)

316.7(512.318)

COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 25

O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano

Coordenação

Roberto Carneiro

Jorge Rangel

Fernando Chau

José Manuel Simões

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Lisboa 2019



Os anos da localização

DUARTE TRIGUEIROS*

Após a assinatura da declaração conjunta luso-chinesa de abril de 1987, o governo de Macau procurou criar quadros locais que permitissem ao território ser governado pelas suas gentes. Até então, muitos dos quadros da administração pública, das forças de segurança, bem como engenheiros, juízes e magistrados, advogados, médicos, economistas, eram destacados a partir da metrópole. A maior parte desses quadros, por sua vez, encarava a estadia em Macau como provisória. De entre os macaenses, vários eram distinguidos economistas, médicos, advogados e outros quadros superiores, mas o seu número era insuficiente para satisfazer a nova administração, a qual ia deixar de contar com os destacados e ia também ser autónoma, portanto maior. Daí a necessidade de preparar mais quadros, os quais deveriam ser todos locais.

Assumindo tal objetivo como prioritário, a administração portuguesa de Macau passou a despender um esforço considerável na formação de novos quadros locais. Esses anos da localização tiveram o seu pico durante a década 1988-1998 e é deles que iremos falar. Será dado ênfase ao testemunho pessoal do autor, o qual estava, à época, destacado na Universidade de Macau e foi protagonista desse esforço.

O primeiro grande passo no sentido da localização consistiu em criar um veículo de financiamento que fosse ao mesmo tempo flexível e apropriado. A Fundação Macau, que havia sido fundada em 1984 para servir de veículo à exploração de lotarias e outros jogos, passou a ter, a partir de 1988, o objetivo prioritário de preparar as futuras gerações de responsáveis pelo destino de

Desenho: *Universidade de S. José.*

* ISCTE-IUL, Lisboa

Universidade de São José, Macau

Macau, mediante a prossecução, direta ou indireta, de fins de carácter cultural e educativo.

De posse deste instrumento, e como pedra fundacional da política de localização e seu instrumento privilegiado, o governo adquiriu, através da mesma Fundação Macau, uma instituição universitária existente. Logo nesse ano de 1988 foi transferido todo o património dessa instituição para a dependência da Fundação Macau. Entendeu-se que criar de raiz uma nova universidade poderia ter atrasado todo o processo de formação. Foi assim que se deu início ao renascimento da Universidade de Macau, a qual veio a ter um papel preponderante na formação dos novos quadros locais. A reestruturação começou com o estabelecimento de várias faculdades: Artes, Gestão de Empresas, Ciências Sociais e Ciência e Tecnologia. Seguindo os modelos de Portugal e da China, a duração dos cursos foi alargada para quatro anos. A criação dos cursos de Direito e de Educação levou, mais tarde, ao estabelecimento das respetivas faculdades.

Paralelamente, os serviços públicos de Macau incluindo as duas câmaras municipais, as polícias, os centros de saúde e o hospital Conde de São Januário, todos se empenharam a fundo na política de localização, passando a privilegiar a formação e seleção de quadros locais. Por contágio, também bancos de origem portuguesa e empresas privadas como as que forneciam água, energia elétrica ou as que faziam o tratamento do lixo, bem como gabinetes de engenharia ou escritórios de advogados onde o número de quadros não locais tinha, até então, sido elevado, todos foram incorporando a localização como um objetivo prioritário. Mas a criação de uma grande universidade no território era vista como o passo decisivo e indispensável para que a localização viesse a criar raízes.

Num passado distante, Macau já havia tido ensino universitário de qualidade. O Colégio de São Paulo, também conhecido como Universidade de Macau, foi fundado por Alessandro Valignano em 1594 a partir de uma instituição de ensino existente, a Escola da Madre de Deus. O seu programa académico incluía Matemática, Geografia, Astronomia, Latim, Português e Chinês, Música e Artes, para além de Filosofia e Teologia. Teve enorme influência na aprendizagem pioneira das línguas e culturas orientais, abrigando os primeiros sinólogos como Matteo Ricci, Johann Adam Schall von Bell e Ferdinand Verbiest, entre outros estudiosos notáveis. Foi o mais importante centro de intercâmbio cultural, científico e artístico entre o Ocidente e o Oriente. Em 1594, o colégio de São Paulo contava com mais de 200 alunos e 59 professores. Terminou a sua atividade em 1762 quando os Jesuítas foram expulsos.

O colégio passou a ser um quartel até ao ano de 1835, altura em que um incêndio o destruiu. A nova Universidade de Macau iria, pois, dar continuidade a esta ilustre instituição.

A publicação da Lei de Bases do Ensino Superior de Macau definiu um regime jurídico e um quadro coerente para o desenvolvimento do ensino superior e satisfazer as necessidades do período de transição. A partir daí, iniciou-se o levantamento das necessidades do Território; estudou-se a correspondente capacidade de resposta da Universidade, construíram-se edifícios para viabilizar a criação de novos cursos e aumentar o número de estudantes de Macau, criaram-se para eles novos esquemas de apoio visando facilitar o seu ingresso na Universidade, reformularam-se os seus estatutos, fizeram-se os preparativos necessários para o lançamento de novos cursos em áreas consideradas prioritárias, e foi designada a primeira equipa reitoral.¹

Mantendo as suas características de universidade internacional, aberta a estudantes do exterior, a Universidade de Macau passou a preocupar-se, em primeiro lugar, com os interesses de Macau neste período crucial da sua vida. Para além dos cursos universitários que já nela existiam, nas áreas de Gestão de Empresas, Ciências Sociais e Letras e ainda dos cursos de Formação Docente, Informática e Gestão Hoteleira, introduziram-se os cursos de Direito e Administração e pós-graduações em Administração Pública e em Engenharia, enquanto outros cursos, como os de Música, Turismo, Tradutores-Intérpretes e vários outros do âmbito do ensino politécnico, foram sendo equacionados. Foi também inaugurada uma Escola Superior de Educação para a formação de professores, e ampliaram-se as estruturas de apoio aos Estudos Portugueses e Estudos Chineses.

Os esquemas de apoio financeiro a estudantes de Macau permitiram que o número de alunos oriundos das escolas secundárias do Território crescesse exponencialmente. Em 1991 eram já cerca de dois mil os estudantes locais e foi preciso recrutar professores universitários de fora para fazer face a esta acrescida procura e também para prepararem os futuros docentes universitários locais. Nos oito anos que se seguiam, a Universidade de Macau continuou a cumprir a missão de responder às necessidades da localização. O número de estudantes aumentou para três mil, 90 por cento dos quais eram residentes locais.

¹ Jorge Rangel, 1989, “A universidade da Ásia Oriental no processo de localização”, em *Administração, revista da administração pública de Macau*, número 6, Volume II, pp. 707-713; todo este número 6 da citada revista vem dedicado ao processo de localização.

De entre os vários acordos celebrados entre o governo de Macau e instituições universitárias do exterior, e que tiveram por objetivo fomentar o esforço de localização, eu participei diretamente naquele que contemplou a faculdade de Gestão de Empresas da Universidade de Macau. Neste caso concreto, o interlocutor escolhido foi o ISCTE de Lisboa, que era na altura a instituição portuguesa mais conhecida e com maior sucesso na formação de gestores. O ISCTE fora pioneiro no ensino de gestão e, desde a década dos anos 80, os seus finalistas eram cortejados para irem trabalhar para as melhores empresas. Como fruto deste acordo, o qual usou um veículo do ISCTE intitulado INDEG-ISCTE que possuía um estatuto próprio, o professor Nelson António foi deslocado para Macau em 1989, tornando-se o diretor da faculdade de Gestão de Empresas. Desde Lisboa, o professor Eduardo Gomes Cardoso, diretor do INDEG-ISCTE, passou a canalizar para Macau a ajuda docente que o professor Nelson António requisitasse.

Depois de ter procedido à reestruturação de cursos e adaptação dos recursos docentes ao novo desafio da localização, o professor Nelson António despendeu um esforço considerável no lançamento do mestrado em Gestão com títulos reconhecidos pelo ISCTE. Entre outros objetivos, esperava-se que esse mestrado servisse duas finalidades: dotar os futuros gestores da região, especialmente os gestores públicos, com um conjunto alargado de destrezas em áreas-chave como a contabilidade de custos, a gestão dos recursos humanos, as finanças, o marketing, o comportamento das organizações, e o uso avançado das novas tecnologias. Em segundo lugar, o professor Nelson António esperava que esse novo mestrado fosse o início da carreira académica dos futuros professores locais na área da Gestão de Empresas. Também aqui, e uma vez que os recursos existentes no território não chegavam para as necessidades de ensino e investigação criadas por este mestrado, alguns professores de fora foram convidados a permanecer em Macau temporariamente.

Foi essa falta de recursos que trouxe a Macau alguns académicos experientes como o professor Correia Jesuino ou a professora Elisabete Reis. No que respeita a graus académicos como mestrados e doutoramentos, só detentores do doutoramento podem ensinar e orientar trabalhos de investigação. Sem doutorados não se fazem mestres e muito menos outros doutorados. Por isso, o objetivo último do esforço de localização, levar alunos oriundos de Macau a iniciar uma carreira como quadros superiores do território ou, aos que tivessem perfil adequado, a obtenção do grau de doutor para que viessem a ser docentes universitários locais, só seria possível de atingir com esta ajuda inicial vinda do exterior.

O trabalho desenvolvido por estes professores foi, em primeiro lugar, no sentido de descobrir, de entre os alunos dos últimos anos da licenciatura em Gestão de Empresas, os que fossem, para além de diligentes e íntegros, detentores de certas qualidades intelectuais como o gosto espontâneo pelo conhecimento, facilidade em aprender, originalidade e independência, isto é, aqueles com o perfil de quadro superior ou docente universitário. Depois, os mesmos professores dispuseram-se a orientar os trabalhos de investigação desses jovens, primeiro no âmbito do mestrado e depois já com vistas ao doutoramento. Aos que perseveravam e correspondiam à agenda exigente de estudo e investigação, eram oferecidos lugares de assistente estagiário na própria faculdade.

No início da década de 90 também eu vim para Macau, pela razão simples de que eram precisos mais braços. Mandaram-me orientar teses de mestrado, dezenas delas, participar em todo o tipo de júris, dar aulas de Finanças e Sistemas, e procurar assiduamente, entre alunos locais, os que porventura tivessem perfil e vontade de seguir uma carreira académica.

Macau, nessa altura, fervilhava. Transmitia um entusiasmo imparável. A nova travessia para a ilha da Taipa, o novo terminal marítimo, o aeroporto, tudo em construção, tudo em movimento, eram sinais visíveis de uma abundância, um poder económico inesgotável, orientado para levar a cabo em poucos anos aquilo que não havia sido feito antes. Nunca esquecerei os primeiros dias que passei em Macau. Olhando do alto do edifício Hoi-Fu, eu via aquele mar de luzes a prolongar-se pelas avenidas abaixo, um movimento perpétuo de gente, de dia e de noite. Era a China, tal como a havia imaginado. Os nossos estudantes participavam desse otimismo e desse sentimento de urgência. No caso deles, em vez de pontes ou aeroportos, eram doutoramentos que iam surgindo lentamente.

O espaço de que então dispúnhamos nas instalações da universidade era acanhado, o que também contribuía para um tipo de relação muito aberta entre alunos e professores, sem limitações nem entraves. Nós estávamos ali, à disposição; e encontrar um sítio para trabalhar ou discutir com esses alunos nunca foi um problema. Era realmente uma “política de porta aberta” da qual nasceu um estilo e um modo universitários de fazer as coisas, baseado no trabalho individual, não tanto em aulas, na procura, também individual, do saber, não tanto na transmissão de conteúdos, no debate e confronto de ideias, na pesquisa e não na aplicação de receitas, tudo isto unificado e tornado apetecível e urgente devido ao sentido de pertença a uma comunidade. Sentido esse que não nasceu de práticas exteriores, mas da consciência da

importância e da urgência do fim a atingir. Era isso que nos unia a todos, professores e alunos. Alguns anos mais tarde, quando novos edifícios foram sendo disponibilizados, o nosso modo de trabalhar não se modificou porque já existia esse ambiente, esse modo universitário de fazer as coisas.

Quem eram esses jovens? Estavam, em geral, arreigados em Macau desde o tempo de seus pais ou avós; haviam estudado nas melhores escolas secundárias do território e falavam Inglês fluentemente; eram cosmopolitas e desembaraçados; sabiam estar e acreditavam em si próprios. Deve notar-se que a maioria da população escolar de Macau não obedecia a estes padrões. Muitos, por exemplo, tinham dificuldade em expressar-se noutra língua que não fosse a chinesa.

Os nossos alunos estavam também a familiarizar-se com a língua portuguesa e eram convidados a passar uns meses em Portugal para melhorarem esse seu treino. Tais estadias foram muito eficazes pois os participantes voltavam, não apenas com um conhecimento melhor da língua, mas também com uma afinidade e simpatia redobradas para com tudo o que, em Macau, tinha a ver com Portugal. Ficavam a perceber Macau melhor. Ficaram a respeitar Macau ainda mais. Eu não hesitaria em classificar estas estadias e esta aprendizagem do português como a medida que, em todo o processo de localização, mais eficaz se veio a revelar. Foi um enorme sucesso, cujas repercussões benéficas ainda hoje se notam.

Depois da devolução de Macau à China, continuei a acompanhar os mestros e doutoramentos em curso e deslocava-me com regularidade à Universidade de Macau para participar em júris ou seminários. Foi assim que reparei como o ideal de localização dos professores universitários estava a ser posto de lado em proveito de políticas onde Macau era menosprezado. Embora o legislador, ao delinear a Lei Básica, tivesse exposto o caminho a seguir, não foi possível evitar que alguns dos novos dirigentes, quando investidos no poder de decisão, mostrassem pouca consideração por Macau e pelas suas gentes, a par de uma admiração tola por tudo o que fosse grande e brilhante. Esses dirigentes pertenciam a uma geração anterior, ou mesmo bastante anterior à dos nossos alunos, não haviam recebido a preparação que a estes fora proporcionada, não falavam nem queriam falar português, e eram chamados a lugares de responsabilidade devido à sua carreira profissional anterior ou ao facto de pertencerem a grupos de poder.

Existe em Macau um núcleo de residentes que se sentem como pertencentes ao território. São esses os verdadeiros locais, são eles quem mantém Macau vivo. Mas não é possível perceber Macau sem reparar no carácter

flutuante, provisório e essencialmente não local da maioria da sua população dita local. Muita gente que terá nascido em Macau e que, antes da entrega de Macau à China, atingiu alguma proeminência no território, tanto podia ter nascido em Macau como em qualquer outra cidade da China. Essa gente cultivava uma atitude distanciada, alheia a tudo o que via à sua volta; ou então aplicava a Macau as suas categorias mentais, que eram, em geral, importadas. Olhavam para Macau como um lugar apropriado para viver e enriquecer, mas não cultivavam interesses locais nem favoreciam aquilo que fosse próprio do território, incluindo o seu rico património.

O que veio ao de cima a partir do ano 2000 e prevaleceu durante mais de uma dezena de anos, foi uma forma parcial e distorcida de encarar o futuro do território, especialmente gravosa para a Universidade de Macau. Os traços característicos desta forma de pensar baseavam-se na ideia de que Macau, sendo tão pequeno, nunca poderia dar trabalho aos licenciados que se viessem a formar localmente. O passo seguinte do raciocínio consistia em tecer elogios à qualidade das universidades de Hong Kong, aqui mesmo ao lado. Depois, era questionada, em nome da eficiência, a existência de universidades em Macau. Não seria melhor mandar os alunos de Macau ir estudar para Hong Kong ou para outros paraísos? Tanto mais, dizia-se, que os alunos de origem local, expostos desde cedo ao ambiente pernicioso do jogo e com uma vida muito facilitada, tornavam-se propensos à preguiça e à falta de ambição. Subjacente a todo este discurso estava a ideia de Portugal como colonizador; mas um colonizador de baixo nível. O bom teria sido ser-se colonizado por uma grande potência e Macau ainda estava a tempo de corrigir essa falha imitando Hong Kong em tudo.

Eu vi e ouvi dezenas de discursos destes, tipicamente da boca dos novos quadros universitários. Eram “jovens turcos”, tentando agradar às chefias, mas sem perceberem a verdade simples, demasiado evidente, de que o discurso oficial não era apenas uma máscara. Não sou capaz de medir até que ponto tal modo de pensar dirigiu a política local durante o período. O que afirmo é que era preponderante entre os que tinham responsabilidades dentro da universidade, e ditou decisões desastrosas. Começaram a ser contratados para lugares de direção professores oriundos de países Anglo-Saxónicos ou do continente, mas totalmente estranhos a Macau, enquanto os nossos doutorados eram relegados para papéis secundários, sem perspectivas de promoção - o oposto à ideia de Macau ser governado pelas suas gentes. A par disso, qualquer moda que viesse de Hong Kong (geralmente uma aplicação, currículo, forma organizativa, truque pedagógico) era boa e devia ser imitada. Hong Kong era o modelo.

Foram anos difíceis que podiam ter sido mais destrutivos. Mas a dinâmica subjacente a essas ideias mostrou serem insustentáveis. As estrelas importadas de Hong Kong, dos Estados Unidos ou do continente, só pensavam em usar os seus empregos como trampolim para atingirem posições melhores; para eles, estar empregado em Macau era humilhante e àqueles que não conseguiam ir-se embora passado um ano ou dois, acontecia algo pior: começavam a acomodar-se, não tanto a Macau, mas à vida que eles imaginavam ser a de Macau, e que não era recomendável.

Quem veio a ter um papel importante na limitação de abusos e na defesa da localização foi o professor Rui Martins, o qual havia sido destacado do Instituto Superior Técnico para a Universidade de Macau em 1992 e que, por alturas da devolução, ocupava o cargo de Vice-Reitor. Devido à sua intervenção, foram resolvidas favoravelmente várias dificuldades levantadas ao reconhecimento de habilitações obtidas em universidades portuguesas. Fizeram-se cumprir os acordos que existiam. Ao mesmo tempo, a sua posição como investigador de excelência numa área considerada nobre e favorecida pelas chefias, conferiu maior credibilidade às suas posições. É justo referir que, em outras instituições de ensino superior do território e em muitas outras organizações públicas e privadas, o percurso dos nossos alunos locais foi normal, tendo naturalmente ascendido a lugares de chefia, para proveito de Macau.

A partir de 2014, circunstâncias puramente exteriores fizeram cair por terra este ambiente contrário à localização e fomentador de oportunismos. A ideia mítica de Hong Kong e a confiança cega nos países da esfera anglo-saxónica, desvaneceram-se. A expansão económica da China veio reavivar a importância e mesmo a urgência da ideia original, velhinha, de Macau como a porta para África, Europa e as américas. De um ano para o outro, as pessoas que antes tinham a boca cheia de Hong Kong, passaram a falar da velha amizade com Portugal e da confiança no trabalho de localização iniciado por Portugal. Ao mudar o vento, muitos mudaram o discurso; mas ainda se encontram académicos cuja necessidade de se deslumbrarem com qualquer coisa de aparência grandiosa só é igualada pelo seu seguidismo e falta de interesse pelo que têm debaixo dos pés.

O que nunca mais se recuperou foi o ambiente universitário criador de profissionais locais, investigadores e pensadores locais, artistas locais, fazedores da opinião locais. Quebrada a confiança, desapareceu a comunidade de objetivos e os futuros académicos tornaram-se funcionários. Além disso, com a mudança para o novo “campus”, o crescimento da Universidade de Macau deixou, aparentemente, de ser orgânico, dirigido desde dentro, orientado para

o aperfeiçoamento de cada membro e para a consecução de fins universitários. Não há mal nenhum em que uma universidade seja grande; mas a ideia de que uma universidade, para ser boa, tem que ser grande, é apenas a continuação do mito de Hong Kong. Esse mito acabou por fazer da Universidade de Macau um ente estranho à região, localizado fora da região e onde alunos que não são da região vêm ouvir professores que também são de fora. No novo campus na Ilha da Montanha, um mar anónimo de alunos oriundos do continente recebe um tipo de instrução que podia ser dada em qualquer outro sítio - e depois vão-se embora com aquilo que os trouxe a Macau, o diploma. A Universidade de Macau tem hoje algo de semelhante a um “resort”, um empreendimento turístico com hóspedes de longa duração, enquanto os alunos locais encontram aí poucas mais-valias e procuram outras alternativas. É pena que a única instituição de ensino superior dependente do governo de Macau e financiada com o dinheiro dos seus contribuintes, seja também a que mais alheada está desse ideal da localização.

Por outro lado, deve atentar-se ao facto da ideia de universidade nunca ter estado muito arreigada na China e seria talvez pedir demais que uma instituição chinesa de ensino superior viesse a adotar um modo de funcionar e trabalhar que, em muitas instituições da Europa, está em declínio. Hoje, quer-se instrução, treino, habilitações de nível avançado, e especialmente tecnologia. O modo de aí chegar, o caminho, e aquilo que só o caminhar ensina, deixou de ter interesse.

Mesmo assim, sou de opinião que esses anos de localização, anos em que se acreditou em Macau e se lutou por Macau, valeram a pena e deixaram marcas. Até mesmo na Universidade de Macau, a maioria dos nossos alunos foi perseverando na sua intenção de prosseguirem uma carreira académica e estão, pouco a pouco, a vir à tona. Isso deve-se ao facto de terem qualidade, sim, mas também ao facto evidente de que, no fim de contas, são eles os que permanecem.

É a bondade da política de localização que está a reafirmar-se; e é a ideia de Macau sem nada de próprio que está a desaparecer. A tal população flutuante de residentes de Macau, que até aqui não tinha tido qualquer apego ao território, tenta agora defender-se de comparações com o turista do continente. Luta por encontrar algo de próprio; aprimora o seu civismo, o seu conhecimento de línguas, até diz umas palavras de Português; insurge-se contra os atentados ao património, contra a falta de patriotismo do outro lado da baía. E recomeçaram as estadias em Portugal de jovens locais.